

Leia o texto e responda as questões de 01 a 05.

Internet das coisas já é realidade, porém falta regulamentá-la

A internet já conectou as pessoas. Agora, ela conecta objetos, máquinas, coisas...

Ligar o mundo físico ao online traz profundas implicações para a sociedade e para a economia. É possível monitorar e gerenciar operações estando a centenas de quilômetros de distância, rastrear bens que cruzam o oceano ou mesmo detectar mudanças, que poderiam ser sinais de um ataque cardíaco, na pressão sanguínea de um diabético.

Mais do que uma evolução da tecnologia da informação, a internet das coisas (conhecida pela sigla em inglês IoT) redefine a maneira como interagimos com o mundo físico e também viabiliza formas -até então impossíveis- de fazer negócios, de gerenciar a infraestrutura pública e de organizar a vida das pessoas.

Com sensores ligados à rede para informar sua situação, receber instruções e até mesmo praticar ações com base nas informações recebidas, cada dia mais, máquinas, cidades, elementos de infraestrutura, veículos e residências se tornam "coisas". Estima-se que existam mais de 15 bilhões de dispositivos conectados em todo o mundo, incluindo smartphones e computadores. Prevê-se que esse valor aumentará radicalmente para 35 bilhões de dispositivos em 2025, ou seja, cinco vezes mais que a população mundial.

Calculamos ainda que a internet das coisas terá um potencial impacto econômico de US\$ 3,9 trilhões a US\$ 11,1 trilhões, por ano, em 2025. Isso devido a um aumento de produtividade, a uma maior economia de tempo e à melhor utilização de ativos. Na ponta superior, o valor desse impacto seria equivalente a 11% da economia mundial.

[...] A internet das coisas cria valor por meio de duas alavancas econômicas principais: geração de receita adicional e aumento da eficiência operacional; redução de custos. Na primeira alavanca, novas formas de interação com os clientes podem ser criadas, como assistência em tempo real, além de novos produtos e serviços de melhor qualidade que podem ser desenvolvidos a partir da coleta e da análise de informações de padrões de uso e da experiência do cliente.

Para garantir o aumento da eficiência operacional e a redução de custos, os sensores podem ajudar as empresas a obterem muito mais valor de seus ativos físicos, melhorando a performance de máquinas, ampliando sua vida útil e descobrindo como seria possível redesenhá-las para um resultado ainda melhor. Produtos e serviços existentes podem ser melhorados a partir da coleta de dados para a tomada de decisão.

Com dispositivos vestíveis e monitores portáteis, a internet das coisas tem o potencial de melhorar radicalmente resultados de saúde, sobretudo no tratamento de doenças crônicas, como o diabetes, que atualmente tem um alto custo humano e econômico. A internet das coisas, portanto, já é uma realidade, é o resultado de avanços tecnológicos e da redução de custos significativos em sensores, conectividade e processamento ocorridos nos últimos 10 anos.

Agora, é preciso solucionar questões regulatórias. Determinar, por exemplo, como será feita a introdução de veículos autônomos nas ruas e como eles serão regulamentados e segurados. Além disso, incluir a responsabilidade por dados, segurança, privacidade, e hardware de melhor qualidade com baixo consumo de energia. Ou seja, baixo custo e melhor conectividade.

A internet das coisas já é uma realidade porém falta regulamentá-la. [Adaptado] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2016/12/14/internet-das-coisas-ja-e-realidade-possivel-falta-regulamenta-la.htm>. Acesso em 17dez 2019

QUESTÃO 1

O texto defende a tese de que a internet das coisas (IoT) é uma realidade do mundo contemporâneo, a qual reorganiza a maneira de lidarmos com o mundo. Assinale a alternativa que melhor expressa a problemática levantada pelo autor.

- A) O resultado de avanços tecnológicos na saúde.
- B) O impacto econômico trazido pela internet das coisas.
- C) A regulamentação das "coisas" desenvolvidas pela internet.
- D) A conectividade oportunizada entre o mundo físico e online.

QUESTÃO 2

Em relação à colocação dos pronomes átonos, no título "Internet das coisas já é realidade, porém falta regulamentá-la", há um caso de:

- A) ênclise
- B) próclise
- C) mesóclise
- D) prefixação

QUESTÃO 3

O uso do pronome relativo "que" na frase "ou mesmo detectar mudanças, que poderiam ser sinais de um ataque cardíaco, na pressão sanguínea de um diabético" se justifica pela retomada anafórica do termo:

- A) implicações
- B) operações
- C) centenas
- D) mudanças

QUESTÃO 4

Considerando o processo de formação de palavras, classifique o termo “vestíveis”.

- A) Composição por justaposição
- B) Composição por aglutinação
- C) Derivação parassintética
- D) Derivação sufixal

QUESTÃO 5

O autor do texto apresenta dois aspectos importantes conquistados com a internet das coisas (IoT). Assinale a alternativa que melhor os define.

- A) Aumento nos lucros e eficácia na operação
- B) Responsabilidade por dados e privacidade
- C) Monitoria de operações e fragmentação
- D) Rastreamento de bens e regulamentação

MATEMÁTICA**QUESTÃO 6**

Um pesquisador observou a reprodução de determinado tipo de bactéria e percebeu que a cada 15 minutos a quantidade de bactérias duplicava. Sabendo que no início da observação havia apenas uma bactéria, quantas bactérias havia após duas horas de observação?

- A) 64
- B) 128
- C) 256
- D) 512

QUESTÃO 7

Na chácara onde Bernardo mora está sendo construído um teleférico, com inclinação 30° , que levará visitantes da sede ao topo de uma montanha de 90m de altura. Qual é o comprimento do cabo desse teleférico?

- A) 120 m
- B) 140 m
- C) 160 m
- D) 180 m

QUESTÃO 8

Observe as quatro primeiras figuras de uma sequência.

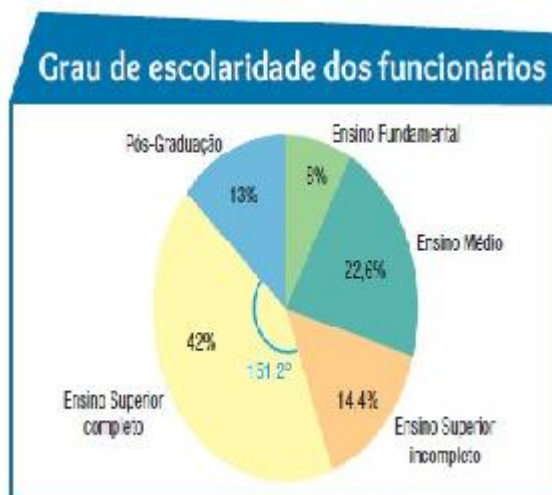


Qual das fórmulas fornece a quantidade Q de bolinhas em função do número n da figura?

- A) $Q = 2n+1$
- B) $Q = 2n-1$
- C) $Q = 2n$
- D) $Q = 2n+2$

QUESTÃO 9

O gráfico a seguir mostra o grau de escolaridade dos 500 funcionários de certa empresa.



Com base na observação do gráfico, qual o número de funcionários da instituição que possui Pós-Graduação?

- A) 45
- B) 55
- C) 65
- D) 75

QUESTÃO 10

Considerando as notas de uma turma de 9º ano em Matemática, na primeira prova do ano letivo. Após entregar todas as provas, o professor anotou, de forma aleatória, as notas de todos os alunos no quadro:



Após uma observação, o professor concluiu que a nota modal dos alunos da turma do 9º ano é?

- A) 90
- B) 70
- C) 50
- D) 38

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

No início da ocupação portuguesa (período Pré-colonial), a mão de obra empregada e a atividade econômica basicamente se restringia as:

- A) Capitâneas hereditárias, cultivo da cana-de-açúcar e pelo índio sob regime de escravidão;
- B) Feitorias, exploração do pau-brasil e a mão de obra indígena;
- C) Feitorias, exploração do pau-brasil e mão de obra escrava;
- D) Capitâneas hereditárias, exploração do pau-brasil e mão de obra indígena dirigida pelos padres jesuítas.

QUESTÃO 12

A princípio, o atual estado de Goiás fez parte de qual unidade federativa?

- A) Capitania do Rio de Janeiro
- B) Capitania de São Paulo
- C) Capitania de Salvador
- D) Capitania das Minas Gerais

QUESTÃO 13

Os veículos de comunicação no Brasil, sempre tiveram um papel relevante na criação da imagem dos candidatos à presidência, merece destaque dois presidenciáveis que lograram êxito em seus pleitos por terem suas imagens vinculadas a grandes heróis combatentes da corrupção, foram eles:

- A) Tancredo Neves e Luis Inácio Lula da Silva.
- B) Getúlio Vargas e José Sarney.
- C) Juscelino Kubistchek e João Goulart.
- D) Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello.

QUESTÃO 14

Observe a imagem:



Sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), assinale a alternativa incorreta.

- A) O Ato Institucional número 5 (AI-5), publicado pelo Governo Costa e Silva, foi aprovado por larga maioria do Congresso Nacional, pois era a vontade da população que a luta armada fosse vencida e que deveria haver um controle do estado brasileiro sobre a imprensa e sobre as publicações em geral.
- B) A Ditadura Militar suprimiu os partidos políticos da época, estabeleceu o bipartidarismo, com a formação de duas novas legendas: A Aliança Renovadora Nacional - ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB.
- C) A crise internacional do Petróleo a partir de 1973, aumentou os preços das fontes fósseis de energia, abalou de maneira negativa a produção industrial brasileira e levou o Governo a organizar um programa de substituição da gasolina automotiva pelo uso do álcool de cana-de-açúcar.
- D) Entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 viveu-se o período do “milagre econômico brasileiro”, quando o país teve um significativo crescimento econômico, seguido de uma expansão do crédito, que permitiram o crescimento da produção e do consumo.

QUESTÃO 15

Leia as afirmações sobre o município de Araçu-GO.

(Fonte: Site do IBGE - Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aracu/panorama>>. Acesso em 17 de dezembro de 2019).

- I. Em 2017, o salário médio mensal era de 1.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 235º de 246º e 154º de 246º, respectivamente.
- II. Em 2017, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 92º de 246º dentre as cidades do estado.
- III. O último censo apresenta 6.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 96.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 16.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 184º de 246º, 36º de 246º e 32º de 246º, respectivamente.
- IV. A população no último censo (2010) era de 3.802 pessoas, a densidade demográfica (2010) era de 25,53 hab/km², e a estimativa para o ano de 2019 era de 3.522 pessoas no município.

Estão corretas as afirmações:

- A) I e III
- B) I, II e III
- C) II, III e IV
- D) I, II, III e IV

QUESTÃO 16

Crédito tributário é um valor que o sujeito ativo, o Estado, pode exigir do sujeito passivo, o contribuinte ou responsável. Essa cobrança é decorrente de uma obrigação tributária, e é constituída após o lançamento. Qual dos elementos abaixo não é requisito para que o crédito tributário exista:

- A) Sua previsão em lei.
- B) O fato gerador.
- C) Lançamento do tributo.
- D) Aprovação pelo conselho arbitrário.

QUESTÃO 17

De acordo com sistema nacional tributário, qual a definição de tributo:

- A) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- B) Tributo é toda prestação não monetária compulsória cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- C) Tributo é toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- D) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, expressa em câmbio fixo, que não constitua sanção de ato ilícito, voluntária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

QUESTÃO 18

O Imposto Predial e Territorial Urbano é um imposto cobrado de quem tem um imóvel urbano. Pode ser casa, apartamento, sala comercial ou qualquer outro tipo de propriedade em uma região urbanizada. Sobre o IPTU, é correto afirmar que:

- A) É um imposto cobrado pelo governo do Estado;
- B) É um imposto cobrado pelo governo Federal;
- C) É um imposto cobrado pela administração Municipal;
- D) É um imposto cobrado pela administração pública e repassado a todas as esferas (Municipal, Estadual e Federal).

QUESTÃO 19

Sobre o cálculo do IPTU, é correto afirmar:

- A) É calculado sobre a área total do imóvel;
- B) É calculado sobre a área construída, independente se o imóvel se localiza em área rural ou urbana;
- C) É calculado sobre o valor venal;
- D) É definido de acordo com critérios de mercado;

QUESTÃO 20

Fala-se em capacidade contributiva absoluta ou objetiva quando se está diante de um fato que se constitua numa manifestação de riqueza; refere-se o termo, nessa acepção, a atividade de eleição, pelo legislador, de eventos que demonstrem aptidão para concorrer às despesas públicas. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitadas os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Qual dos elementos abaixo não é um princípio constitucional tributário:

- A) Princípio da transversalidade proporcional
- B) Princípio da Estreita Legalidade
- C) Princípio da Isonomia ou Igualdade
- D) Princípio da Irretroatividade da Lei

QUESTÃO 21

A Constituição Federal atribui à competência tributária aos entes políticos em seus artigos 153 a 156, e outorga a cada qual o poder de instituir e cobrar exações tributárias, devendo às pessoas jurídicas de Direito Público atuar nos ditames constitucionais, bem como nos limites de suas respectivas parcelas de poder. Sobre a competência tributária é correto afirmar:

- A) A competência tributária não se distingue da competência legislativa plena;
- B) A competência tributária é a habilidade privativa e estabelecida por grupos privados atribuída ao ente político para que este, com base na lei, proceda à instituição da exação tributária;
- C) A competência tributária é igual a capacidade tributária ativa;
- D) Patente o conceito de competência tributária, se evidenciando ainda a finalidade de tal competência, outorgada pela Constituição, que por sua vez demonstra indissociável vontade popular, em virtude de emanar do povo qualquer forma de poder ou competência, para ver atendidas as razões e necessidades públicas, visando o bem comum.

QUESTÃO 22

Não é característica da competência tributária:

- A) Lexicoabilidade
- B) Facultatividade
- C) Indelegabilidade
- D) Irrenunciabilidade

QUESTÃO 23

Sobre a Lei Federal nº. 4.320/64, pode-se afirmar que:

- A) A Lei do Orçamento não conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.
- B) A Lei de Orçamento compreenderá apenas as despesas próprias para fins privados, ou que, por intermédio deles se devam realiza.
- C) A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- D) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

QUESTÃO 24

Sobre a Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podemos afirmar, que:

- A) Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade exclusiva na gestão urbana;
- B) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação não planejada e dúbio, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- C) Para os efeitos desta Lei Complementar, empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;
- D) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e quinze anos, excluídas as duplicidades.

QUESTÃO 25

Qual o significado da sigla ITBI:

- A) Impostos de Transmissão de Bens Imóveis
- B) Impostos de Transitório de Bens Imóveis e Móveis
- C) Impostos de Transmissão de Bônus Imóveis
- D) Impostos de Transitório de Bônus Móveis e Imóveis

QUESTÃO 26

Sobre o PRINCÍPIO DA IGUALDADE OU ISONOMIA TRIBUTÁRIA é incorreto afirmar que:

- A) O princípio da igualdade encontra-se positivado no campo do direito tributário com o disposto no art. 150, II da CF, ao prescrever a vedação de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibindo qualquer forma de distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- B) O princípio da igualdade, independente das menções expressas no texto constitucional a indicar a sua relevância, é um dos maiores princípios a compor e orientar o nosso sistema jurídico, pois está a assegurar uma política democrática.
- C) O artigo 150, II ao vedar tratamento desigual para contribuintes que se encontrem em situação equivalente, implicitamente também veda tratamento igual para aqueles que se encontrem em situação de desigualdade, de tal forma a contemplar em sua plenitude o princípio da igualdade.
- D) É exceção ao PRINCÍPIO DA IGUALDADE OU ISONOMIA TRIBUTÁRIA o tratamento desigual, no campo da ocupação profissional ou função exercida, assim, uma determinada classe profissional pode ser tratada de forma diferenciada em relação à outra, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

QUESTÃO 27

Qual o significado da sigla ISS:

- A) Imposto Sobre Serviço
- B) Imposto sobre solo
- C) Imposto situado a serviço
- D) Imposto sócio servicial

QUESTÃO 28

Sobre as noções fundamentais ao Direito tributário é falso:

- A) Fiscalidade, a situação onde os tributos têm como função principal arrecadar. Sempre que o Estado faz uso desta função ele visa obter dinheiro nos cofres públicos para cumprir com os seus deveres legais, contratuais, constitucionais.
- B) Um tributo é parafiscal, quando é direcionado para abastecer os recursos financeiros de entidades com atribuições específicas. Ou seja, quando o dinheiro arrecadado recai para entidades diversas do Estado. Sendo assim, conclui-se que a parafiscalidade ocorre quando não se pode atender as necessidades da coletividade dentro dos quadros tradicionalmente aceitos.
- C) Função desempenhada pelos indivíduos no âmbito privado é a função extrafiscal. Esta ocorre quando a ação pessoal busca, mediante a concessão de benefícios fiscais, induzir determinado comportamento de outros indivíduos.
- D) Extrafiscalidade é o emprego dos meios tributários para fins não fiscais, mas ordinatórios.

QUESTÃO 29

Sobre o artigo 145 da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados independente da capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- C) Sempre os impostos terão caráter pessoal e independentemente da posição social, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- D) Sempre os impostos terão caráter pessoal e independentemente da posição social, facultado à administração legislativa, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

QUESTÃO 30

O artigo 179 da Constituição Federal de 1988, estabelece que:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.
- C) O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente.
- D) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

QUESTÃO 31

Sobre o Código Tributário Nacional (CTN) e o Sistema Tributário Nacional, é incorreto afirmar:

- A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- B) Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelece diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.
- C) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

QUESTÃO 32

O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional. A base de cálculo do imposto é:

- A) Quando a alíquota seja geral, a unidade de medida adotada pela lei comunitária;
- B) Quando a alíquota seja ad valorem, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País;
- C) Não existe possibilidade quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação;
- D) Não existe elementos para a base de cálculo.

QUESTÃO 33

Sobre as classificações de Receita, dispostas na Lei Federal nº. 4.320/64, não se pode afirmar que:

- A) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- B) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- C) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- D) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas Venais, Receitas impróprias e Receitas de Capital.

QUESTÃO 34

O art. 5º, II da Constituição Federal traz o princípio da legalidade de forma a contemplar o Estado Democrático de Direito, ao dispor que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei”. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, base da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, consignou em seu texto o princípio da legalidade, ao dispor que as balizas do direito natural só podem ser determinadas pela lei. Sobre o princípio da legalidade, pode afirmar que:

- A) O princípio da legalidade quando dirigido ao particular deve ser entendido fora da autonomia da vontade, onde está a afirmar que o particular pode fazer tudo que for proibido por lei; e sob o prisma da Administração Pública, onde está a estabelecer que esta só pode fazer o que a lei permitir.
- B) É exceções ao princípio da legalidade, o artigo 97, § 2º do CTN, que dispõe não constituir majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
- C) O princípio da legalidade não atua no valor venal do imóvel obedece a uma tabela de valores disposta pela União a indicar o valor da área construída em determinada região.
- D) O princípio da legalidade e anterioridade não são de estudos obrigatórios para a compreensão da ciência fiscal.

QUESTÃO 35

Sobre a Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podemos afirmar, que:

- A) Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade exclusiva na gestão urbana.
- B) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação não planejada e dúbio, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- C) Para os efeitos desta Lei Complementar, empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- D) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e quinze anos, excluídas as duplicidades.